



ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE EPIDEMIAS DE IST, HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS EM JOVENS: UMA SÍNTESE DA LITERATURA.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

As elevadas taxas de incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV/AIDS e hepatites virais na população jovem brasileira nos últimos anos têm despertado imensa preocupação dos órgãos sanitários. De acordo com os dados do Ministério da Saúde em 2008, foram 40.857 casos de AIDS, sendo 9,4% em indivíduos de 10 a 24 anos de idade. Em 2018, dez anos mais tarde, observou-se o aumento dessa estatística, que passou para 13,2% dos casos na mesma faixa etária.

Nos últimos anos, verifica-se uma tendência de crescimento na taxa de detecção em jovens entre 15 e 24 anos (por 100 mil hab.); em 2006, era de 8,7/100 mil habitantes e, em 2017, passou para 14,7/100 mil habitantes, representando um aumento de 69% (BRASIL, 2018).

Com relação às hepatites virais no Brasil, houve um aumento da incidência de hepatite C desde 2014, leve queda da incidência de hepatite B desde 2011 e queda da hepatite A de 2008 a 2018. A hepatite A concentra-se nas regiões Nordeste e Norte; as hepatites B e C, na região Sudeste (BRASIL, 2019). Dos casos acumulados de hepatite A no país, aqueles ocorridos na faixa etária de 0 a 9 anos correspondem a 53,0% (1999 a 2019); a partir de 2017, entretanto, as maiores taxas foram entre os indivíduos na faixa etária de 20 a 39 anos, principalmente os homens (BRASIL, 2020).

Apesar dos significativos avanços na prevenção, no acompanhamento e no controle dessas doenças no país, ainda há muita dificuldade de se trabalhar prevenção com jovens e adolescentes. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considerava que a adolescência compreendia o período entre 10 e 19 anos e, mais recentemente,

ampliou sua abrangência, considerando como jovens a população entre 10 e 24 anos. A organização estima ainda que esse grupo representa um terço da população mundial, e é justamente nessa faixa etária que se concentra metade das infecções por HIV (BRASIL, 2018). Quando se discute a epidemia de HIV/AIDS e hepatites virais em jovens, é fundamental levar em conta os fatores estruturais e a vulnerabilidade que a juventude vivencia em seus contextos culturais, econômicos, raciais, regionais, dentre outros. Tais contextos estruturam essa população em culturas (ou, mais propriamente, em subculturas) próprias, implicando locais de reconhecimento, símbolos de representação, ídolos, gostos musicais, conjuntos de valores, modos de se vestir e de se expressar.

Neste caso específico, é preciso refletir ainda mais fortemente sobre as questões de gênero e sexualidade, uma vez que a AIDS, um dos agravos de saúde que nos ocupa, é de transmissão sexual. Essa diversidade toda que envolve a vida dos jovens diz sobre as formas pelas quais eles podem ser afetados, inclusive no quesito acesso aos serviços de saúde.

Nesse sentido, faz-se extremamente necessário pensar novas estratégias de trabalho com vistas à prevenção de novas infecções por ISTs para o público juvenil. Para tanto, o presente trabalho busca identificar na literatura científica as estratégias de comunicação em saúde que estão sendo utilizadas no enfrentamento da epidemia de (ISTs), HIV/AIDS e hepatites virais, tendo por público a população jovem, nos últimos dez anos (2009 a 2019).

PERGUNTA

Quais estratégias de informação e comunicação em saúde estão sendo utilizadas com vistas à prevenção das ISTs, HIV/AIDS e hepatites virais, tendo por público a população jovem?

OBJETIVO GERAL

Identificar, na literatura científica, as estratégias de comunicação em saúde que estão sendo utilizadas no enfrentamento da epidemia de ISTs, HIV/AIDS e hepatites virais, tendo por público a população jovem, nos últimos dez anos (2009 a 2019).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ⊗ Localizar na literatura os estudos que discutem a promoção de saúde e a prevenção de ISTs a partir de estratégias de comunicação em saúde e uso de mídias sociais (digitais ou não), tendo por público a população jovem, nos últimos dez anos (2009 a 2019);
- ⊗ Descrever os mecanismos de comunicação utilizados ao longo desses dez anos com vistas à promoção de saúde e à prevenção de ISTs em jovens;
- ⊗ Desenvolver uma síntese dos achados que contribuam para a resposta de nossa pergunta de pesquisa.

POPULAÇÃO DO ESTUDO

Jovens de 15 a 24 anos.



METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, adotou-se a estratégia de revisão de literatura inspirada nos elementos da elaboração de soluções para políticas informadas por evidências por meio das ferramentas SUPORT (*Supporting Policy Relevant Reviews and Trials*) (LAVIS *et al.*, 2009). Foi realizada a busca sistemática de estudos em bases pré-definidas com o objetivo de identificar o maior número de estudos sobre a temática que pudessem auxiliar a resposta à pergunta de pesquisa.

Na primeira etapa, foram realizados encontros virtuais com a equipe do projeto e a especialista convidada, momento em que foram definidas as etapas do processo de construção da síntese: definição do problema e da pergunta de pesquisa; bases da literatura a serem observadas; recorte temporal; termos livres e descritores; e critérios de inclusão e exclusão.

Na segunda etapa, após definida a pergunta e melhor observado o problema, foram realizadas em junho de 2020 as buscas sistemáticas e estruturadas nas bases indexadas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na PUBMED e em anais de grandes eventos da área da Comunicação. Foram estes: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM); Associação Latino-Americana

de Investigadores de Comunicação (ALAIIC); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS); e Associação Iberoamericana de Comunicação (ASSIBERCOM), responsável pelo Congresso Bienal Iberoamericano de Comunicação (IBERCOM).

A mesma estratégia de busca foi utilizada nas duas bases da literatura científica BVS e PUBMED e se deu com os seguintes termos e resultados: na BVS, foram identificados 87 estudos com os termos: (*health communication*) AND (*sexually transmitted diseases*) AND (*health promotion*) AND (*health education*) AND (*young adult*) OR (*hepatitis*) OR (*hiv*) OR (*sifilis*) OR (*adolescent*) AND (*sexual health*). Além disso, foram aplicados os seguintes filtros da base: Doenças Sexualmente Transmissíveis; Comportamento Sexual; Educação Sexual; Promoção da Saúde; Infecções por HIV; Conhecimentos, Atitudes e Práticas em Saúde; e Educação em Saúde, o que resultou na seleção de 27 estudos.

Na PUBMED, foram localizados 692 resultados e, após a aplicação dos filtros da base: Texto Completo Disponível (*Free Full Text*); *Meta-Analysis*; *Review*; *Systematic Review*; Publicados de 2009 a 2019; em Inglês,

Português e Espanhol; Adolescente: 13-18 Anos; Jovem Adulto: 19-24 Anos, o resultado foi 24 estudos selecionados.

Foram incluídas no estudo diversas modalidades de publicações científicas realizadas nos anos de 2009 a 2019; entre elas, revisões sistemáticas e artigos originais, todos publicados e com acesso livre e gratuito ao texto completo, que tratassem da prevenção de ISTs e da promoção da saúde de jovens de 15 a 29 anos.

Optou-se ainda por adotar a modalidade de publicações em anais de eventos relacionados à temática (como descrito acima). Tal escolha se deu pela necessidade de identificar estratégias mais locais de prevenção contra ISTs em jovens no Brasil. A busca nos anais mencionados se deu de forma estruturada. Manualmente, os pesquisadores observaram todas as publicações dos eventos realizados de 2009 a 2019 e obtiveram os seguintes

resultados: no INTERCOM, foram encontrados 19 artigos; no ALAIC, 3 estudos; na COMPÓS, foram 4 artigos entre 2012 e 2019; no site da ASSIBERCOM, responsável pelo IBERCOM, foram encontrados 6 artigos. Após a seleção de todos os estudos, realizou-se uma primeira leitura (título, descritores, resumo, local do estudo, tipo de estudo) e analisaram-se aspectos para inclusão e exclusão. Foram excluídos estudos duplicados; estudos que em geral não contribuíssem para a resposta da pergunta de pesquisa; e estudos em que não houvesse disponibilidade do texto completo e com acesso gratuito, resultando no total de 56 estudos selecionados.

Na terceira etapa, foi realizada uma leitura mais aprofundada e a seleção das informações mais relevantes de cada achado. Ao longo desse processo de leitura, os pesquisadores foram identificando as categorias do estudo que serão apresentadas na seção de resultados. Além disso, foi realizada a leitura mais aprofundada das estratégias e intervenções de comunicação para prevenção de ISTs reveladas pelos estudos, tendo por público os jovens. Na quarta e última etapa, apresentamos os resultados dos achados.

Para o presente estudo, foi utilizado o termo “DSTs” (Doenças Sexualmente Transmissíveis) na busca das bases de dados, tendo em vista que a substituição de “DSTs” por “ISTs” é recente – de 2016 –, e utilizar a nova sigla poderia restringir o alcance dos estudos anteriores (BRASIL, 2016).

Imagem 1: .



MÍDIAS

Nesta categoria, entendemos mídias (ou media, plural do latim medium) como ferramentas de comunicação utilizadas para armazenar e transmitir informações e dados. A categoria é dividida em duas subcategorias: mídias sociais, entendidas como as tecnologias de comunicação interativas surgidas com a chamada Web 2.0, a qual facilitou a criação e o compartilhamento de conteúdo pelos usuários; e mídias de massa, ferramentas tradicionais que alcançam com a mesma mensagem uma grande quantidade de pessoas por meio da comunicação de massa (CITELLI *et al.*, 2014).

No que se refere ao uso das mídias sociais na prevenção de ISTs, Jones *et al.* (2014) revisaram estudos que fornecem evidências em caráter preliminar de que as mídias sociais podem ser úteis no aumento do conhecimento sobre a prevenção. Os autores salientam, contudo, que são necessários estudos mais consistentes acerca das abordagens mais eficazes e eficientes para esse objetivo; sem isso, não fica claro quão eficaz é a comunicação transmitida por esses meios. Wadham *et al.* (2019) problematizam a questão das mudanças de comportamento de longo prazo, que não são devidamente medidas nos estudos revisados devido ao espaço de tempo das pesquisas e ao caráter complexo desse rol de atitudes.

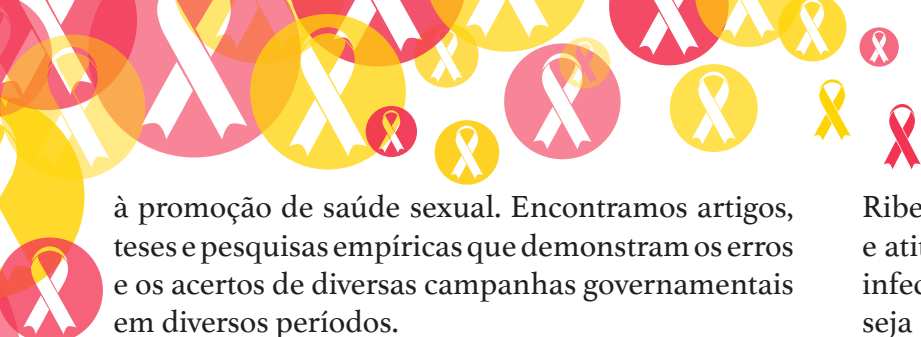
Os autores recomendam a utilização da personalização nessas abordagens, bem como a atenção para conteúdos de alta qualidade e baseados em evidências; também salientam o desafio das constantes mudanças dessas mídias, o que dificulta o planejamento por gestores de saúde. Gabarron *et al.* (2012) pesquisaram uma clínica virtual sobre ISTs na Noruega e viram bons resultados em relação a alcance nos jovens. Alhassan *et al.* (2019) fizeram uma pesquisa utilizando mensagens de texto em uma universidade de Gana e também obtiveram bom retorno e avaliação dos jovens.

No que se refere a estudos nacionais, Altheman (2015) analisou a presença do Ministério da Saúde na plataforma Facebook e notou um perfil estático, superficial e sem interação com os frequentadores, sendo a interação marca essencial desse tipo de mídia. Pessoni e Pássaro (2018) analisaram, na mesma plataforma, páginas de campanhas de Carnaval do governo

e também perceberam que tais mídias eram utilizadas meramente como murais eletrônicos, sem explorarem sua linguagem específica, como vídeos, *lives* e a interatividade. Manduca (2015) analisou mídias sociais sobre doenças crônicas e percebeu tais mídias como espaços de compartilhamento de informações, lamentações e esperança.

Ribeiro e Moreira (2011) fizeram uma análise semelhante em uma antiga rede social e também notaram como o grupo era utilizado para buscar informações, muitas vezes visando a uma agilidade antes da consulta com o médico; também perceberam um alto número de informações equivocadas. Feola, Alonso e Passarelli (2018) analisaram a abordagem dos chamados *influencers* (comunicadores específicos da Web) sobre o tema da virgindade e perceberam que prevalecia uma visão heteronormativa entre os canais mais visualizados; perceberam, além disso, a grande quantidade de perguntas enviadas, demonstrando-se que os *influencers* são considerados referência também no que tange à sexualidade.

Abreu (2018) faz uma análise semelhante, salientando a maneira como, nesses espaços, as pessoas que aparentam ser dotadas de saúde (por elementos visuais e corporais) são tidas como referência em tais assuntos, e seus conselhos são baseados meramente na experiência, sem nenhum tipo de fundamentação científica. Silva (2019), porém, argumenta que o formato em primeira pessoa utilizado pelos *influencers* traz proximidade e identificação para os expectadores. Lacerda (2013) salienta a estreita vinculação entre esses espaços *on-line* e os aspectos da vida presencial (*off-line*), crendo que ambos são interdependentes e se somam em muitos casos. No que tange a mídias de massa, Wakefield, Loken e Hornik (2010) anotam algumas recomendações para a produção de peças nessas plataformas, baseadas na revisão que fizeram. Entre elas, está a afirmação de que esse tipo de campanha deve ser visto como chave nas políticas de prevenção; deve ser assegurado financiamento suficiente para que as campanhas sejam veiculadas por longos períodos de tempo; o acesso aos



à promoção de saúde sexual. Encontramos artigos, teses e pesquisas empíricas que demonstram os erros e os acertos de diversas campanhas governamentais em diversos períodos.

A pesquisa realizada por Altheman (2015) sobre a página oficial do Ministério da Saúde no Facebook, por exemplo, demonstra que seu conteúdo não é aprofundado, limitando-se a divulgar a campanha publicitária, com pouca informação. Além disso, grande parte das questões levantadas na página são respondidas pelo Ministério da Saúde, mas as respostas são padronizadas, dificultando e comprometendo o diálogo.

Segundo Altheman (2015), a conversação política *on-line* é um processo que permite aos sujeitos se afirmarem como participantes de um processo deliberativo que os ultrapassa e que lhes oferece a possibilidade de tomar a palavra. A rede é uma importante ferramenta para a ampliação do processo de comunicação pública e uma fonte para colher a opinião e as necessidades da população.

O foco na comunicação pública para o retorno social também aparece na pesquisa de Gomes *et al.* (2011), na qual os autores observam um grande foco (real e latente) no papel do indivíduo, mas com pouco destaque para o retorno social, o que à primeira vista indica um caminho pouco lucrativo para resolver dilemas sociais. Segundo Gomes *et al.* (2011), os maiores inibidores à solução dos problemas das campanhas analisadas, sob a ótica dos dilemas sociais, foram a pouca valorização do papel do indivíduo na solução dos problemas, a pouca presença de facilitadores para a colaboração e a pouca ênfase no retorno coletivo.

Outra questão relevante na construção da categoria foram as campanhas que analisaram questões de gênero e diversidade. Na pesquisa realizada por Lacerda (2017) sobre vídeos de campanhas do governo federal, o autor destaca a pouca quantidade de peças que abordam a temática da relação homoafetiva entre mulheres, sendo que em nenhum deles as mulheres são protagonistas do enredo, mas fazem pequenas aparições, geralmente em demonstrações de afeto e carinho, e nunca conotando um ato sexual. Além disso, o autor destaca que nos vídeos que apresentaram casais gays e lesbianos, a identidade de gênero representada pelos comportamentos, vestimentas, gestos e situações era de homem ou mulher.

Outro ponto abordado pelos autores foi o contexto social em torno da comunicação promotora da saúde. Na pesquisa realizada por Coutinho, Faria e

Ribeiro (2009), percebe-se que comportamentos e atitudes tornam as pessoas mais vulneráveis à infecção, mesmo que seu nível de informação seja alto. Nesse sentido, valores sociais, culturais e econômicos – dentre os quais estão o engajamento religioso, o contexto social, os valores familiares e o nível de escolaridade – influenciam a vulnerabilidade.

Coutinho *et al.* (2009) destacam ainda que há muito medo da doença e muito preconceito contra o doente, como se a morte fosse um destino próximo e a vida tivesse acabado. Nesse sentido, eles destacam a necessidade de campanhas para desmistificar esse fato e falar sobre qualidade de vida pós-HIV, por exemplo. O uso de campanhas de choque pode dificultar a identificação do público com o que está sendo mostrado, levando a um sentimento de invulnerabilidade, ou o contrário: trazer as campanhas para o cotidiano pode provocar uma banalização da doença e levar à aparente não necessidade de proteção.

A segunda subcategoria, Comunicação entre Pares, trata da importância do reconhecimento do jovem como um cidadão digno de direitos, colocando-o como protagonista na promoção de saúde sexual. Segundo Shepherd *et al.* (2014), os materiais de comunicação e os canais de mídia médios geravam conscientização e conhecimento, enquanto a influência simultânea da comunicação interpessoal com agentes de mudança baseados na comunidade e membros de redes sociais facilitava com mais frequência mudanças no comportamento.

Na pesquisa realizada por Rezende (2015) com alunos do ensino médio, o cruzamento de pontos de vista (entre adolescentes) permitiu uma análise plural dos sentidos, a fim de determinar quais são os discursos e sentidos produzidos sobre saúde, sexualidade e AIDS no ensino médio. Trata-se de uma conclusão parecida com a explanada por Pássaro (2020), em que a união entre o programa de DST/AIDS da capital paulista e a Universidade Metodista de São Paulo permitiu que os alunos tivessem contato com um tema de interesse público, aprimorando os conhecimentos de prevenção e até compartilhando-os com pessoas ao redor. A campanha, portanto, não deve se limitar aos saberes técnicos da comunicação, mas deve formar jovens cidadãos mais conscientes e engajados.

Na terceira subcategoria, Educomunicação, vemos como a informação trabalhada com os adolescentes e jovens desde cedo na perspectiva de prevenção se mostra uma importante ação no combate às vulnerabilidades. Cosani e Morais (2016) apontam essa relação ao afirmarem que, no âmbito social, a comunicação para a saúde muitas vezes não atinge seus objetivos por assumir um caráter apenas informativo, esquecendo-se do sentido dialógico inerente à comunicação e de seus desdobramentos didáticos e pedagógicos.

Segundo Machado e Lacerda (2014), o uso dos métodos propostos pela educomunicação contribui

para o processo de aprendizagem e construção de conhecimentos. Os autores destaca ainda a importância de uma comunicação com retorno social e engajamento. Para eles, quem é capacitado para o uso de mídias e atua na construção de produtos de comunicação aprende melhor os conteúdos tratados, apropriando-se desses conhecimentos em suas práticas mais do que quem apenas recebe informações de um conteúdo midiático. Dessa forma, os meios de comunicação, numa perspectiva comunitária, podem atuar na expansão e disseminação de conhecimento e na promoção da saúde coletiva.

Imagem 3: Nuvem de palavras para categoria Informação e Comunicação em Saúde.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Promoção da saúde

A promoção da saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso país, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2010).

Fundamentadas no modelo de Leavell e Clark (1976), as práticas de promoção da saúde se resumem a recomendações voltadas às mudanças de hábitos. Resultariam em aconselhamentos e educação sanitária adequada ao comportamento

“mais saudável” de indivíduos e grupos, dando às práticas um sentido instrumental e normativo, sendo essa ação prolongada, e não ativa somente quando houver intervenção. Logo, esse conceito se atrela ao conceito de educação em saúde. As ações educativas em saúde passam a ser definidas como um processo que objetiva capacitar indivíduos ou grupos para contribuir na melhoria das condições de vida e saúde da população (FIGUEIREDO *et al.* 2009), devendo estimular a reflexão crítica sobre as causas de seus problemas, bem como sobre as ações necessárias para a resolução destes.

Sendo assim, o maior problema encontrado no âmbito da educação em saúde, de acordo com os achados da pesquisa, é manter o novo comportamento ativo após as possíveis intervenções, sejam tais intervenções por meios comuns de educação entre pares, pais ou escola ou métodos atuais que envolvem a utilização de meios mais tecnológicos. Jones *et al.* (2014) citam um ensaio clínico de viabilidade de 12 semanas que utilizou mensagens de texto para fornecer informações sobre saúde sexual a 60 homens jovens e não encontrou diferenças significativas no número de atos sexuais protegidos por preservativos.

Apesar do aumento do uso de mídias sociais e mensagens de texto entre os adolescentes, não está claro quão eficaz é a educação transmitida por esses mecanismos para reduzir o comportamento de risco sexual (JONES *et al.*, 2014). O desafio continua sendo manter a mudança após a troca de saberes. Nos casos em que foi utilizado um grupo-controle, muitas vezes não foi detectado um efeito da intervenção para medir a evolução do conhecimento, para que o indivíduo possa se tornar um agente de comunicação entre seu círculo social, e então, transmitir informações

importantes para aqueles que não tiveram contato direto com o educador (WADHAM *et al.*, 2019).

Grande parte das intervenções ocorreram em ambientes escolares com a participação dos pais, o que deixou claro que, quando a família é envolvida nos processos educacionais, existem mais chances de um resultado amplo e duradouro. Além das atividades de educação em sala de aula e do desenvolvimento de habilidades, aspectos típicos de intervenções cujo foco principal é o currículo, os pais foram incentivados a participar da lição de casa com seus filhos para discutir saúde sexual e os vínculos com os serviços de saúde da comunidade. Intervenções inclusivas e coordenadas com múltiplos componentes, que buscam influenciar os jovens direcionando muitos dos contextos em que vivem (por exemplo, o ambiente escolar mais amplo, a casa e a comunidade), podem ter mais sucesso do que intervenções que primariamente focam o currículo. (PICOT *et al.*, 2012).

Imagem 4: Nuvem de palavras para categoria Promoção da Saúde.

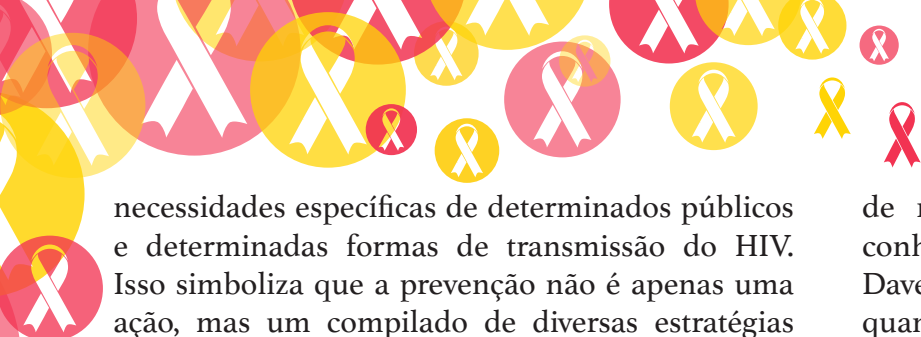


Fonte: Elaboração própria, 2020.

Prevenção

Segundo Leavell e Clark (1976), a prevenção tem por função atuar previamente ao acometimento em saúde, ou seja, deve agir para que o sujeito possa se planejar e se precaver antes de ser afetado por alguma infecção, por exemplo. Com relação às ISTs, a prevenção é essencial para que a população reconheça a problemática e saiba como evitá-la antes de que tais infecções acometam alguém (BRASIL, 2020).

Em se tratando especificamente da temática de saúde sexual, no contexto do HIV/AIDS, a estratégia de prevenção combinada faz uso simultâneo de diferentes abordagens de prevenção (biomédica, comportamental e socioestrutural) aplicadas em múltiplos níveis (individual, em parcerias/relacionamentos, comunitário, social) para responder a



necessidades específicas de determinados públicos e determinadas formas de transmissão do HIV. Isso simboliza que a prevenção não é apenas uma ação, mas um compilado de diversas estratégias e métodos que levam a um mesmo objetivo: neste caso, à redução de casos de HIV/AIDS.

Nesse sentido, deve-se considerar a existência de fatores de caráter biológico, em específico o vírus do HIV e agentes infecciosos de outras ISTs, além de fatores sociais, comportamentais e estruturais, que devem ser trabalhados de forma abrangente e constante, levando-se em conta as especificidades da população em questão. Ainda é fundamental atentar às formas de acesso às informações que serão disseminadas e à segurança desses dados, visto que eles devem ser baseados em fatos científicos (BRASIL, 2020).

Jones *et al.* (2014) citam a importância da utilização das mídias sociais atreladas ao repasse de informações educativas. As conclusões dos estudos revisados apoiam o impacto consistente e duradouro das mídias sociais e das intervenções

de mensagens de texto no aumento do conhecimento sobre ISTs.

Dave *et al.* (2017) retratam um enorme quantitativo de intervenções que abordam e estimulam a prática de abstinência sexual e redução de parcerias, nas quais os autores aplicam uma intervenção nomeada TORO. Segundo os autores, TORO é uma intervenção multigeracional que consiste em um programa de redução de risco de HIV/IST de 12 sessões, que treina díades de adolescentes iniciais e suas contrapartes adultas (pais, cuidadores ou figura parental primária). O TORO inclui dois componentes principais: (1) ações educativas para jovens sobre o uso de preservativo, relacionamentos saudáveis e abstinência; e, (2) para adultos, ações sobre monitoramento e comunicação dos pais a respeito de saúde sexual e namoro saudável. Logo, há uma abordagem diferenciada e uma crença de que tais comportamentos reduzirão os riscos de se desenvolverem ISTs.

Imagem 5: Nuvem de palavras para categoria Prevenção.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Juventude

O conceito de juventude refere-se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta. Trata-se, portanto, de uma etapa que inclui a aquisição das habilidades sociais, as atribuições de deveres e responsabilidades e a afirmação da identidade. As escolhas realizadas nessa fase da vida têm forte influência no futuro, como fator de ampliação ou limitação da vida adulta. Apesar de ter por base marcos etários e biológicos, a definição da população jovem é indissociável do contexto sociocultural, político e econômico. Pode-se falar na existência de

adolescências e juventudes para se expressar a multiplicidade de comportamentos, hábitos e condutas característicos dessa etapa de vida (UNFPA, 2010).

O Brasil possui na atualidade 44 milhões de jovens, número que corresponde a 30% da população jovem da América Latina. Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira, e muitas vulnerabilidades acometem esse nicho populacional em nosso país. Eles



estão, por exemplo, entre as maiores vítimas de homicídios (BRASIL, 2017).

Em se tratando de infecções sexualmente transmissíveis, a juventude brasileira também está em situação de vulnerabilidade. Destaca-se o aumento da taxa de AIDS entre rapazes de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que foram, respectivamente, de 62,2% e 94,6% entre 2008 e 2018. Em 2018, a maior taxa de detecção foi de 50,9 casos/100 mil habitantes, que ocorreu entre os homens na faixa etária de 25 a 29 anos.

Segundo Gabarron *et al.* (2012), os jovens geralmente não têm conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis e estão mais conscientes dos riscos de gravidez indesejada do que do risco de adquirirem uma IST. As análises demonstram que os indivíduos podem estar em risco por uma série de razões, como a falta de conhecimento sobre ISTs, a baixa autoeficácia (falta da crença de que se pode cumprir com sucesso uma meta ou realizar uma tarefa específica, como usar o preservativo), o pouco uso de preservativo e/ou habilidades de negociação sexual. O aumento de riscos também pode ser influenciado pela conduta de pessoas próximas, como amigos (PICOT *et al.*, 2012).

Portanto, intervenções comunitárias são de grande importância no enfrentamento das ISTs. Diversos estudos trazem mecanismos de orientações e mudanças de comportamentos como principal foco. Muitas das metodologias utilizadas foram revisões sistemáticas que mostraram que as abordagens comportamentais podem promover mudanças para uma prática sexual mais segura. Estudos como os de Larazusetal.(2010), Picotetal.(2012), Moralesetal.(2018) e Shepherd *et al.* (2014) abarcam um comportamento sexual seguro entre jovens e adolescentes devido a alguma intervenção preventiva: educação sexual nas escolas, diálogos com familiares, diálogos entre pares, dentre outras. No trabalho de Morales *et al.* (2018), por exemplo, as intervenções de prevenção do HIV tiveram sucesso, porque aumentaram o uso de preservativo, as habilidades para negociar métodos de proteção, a comunicação sobre sexo com parceiros sexuais e inclusive o adiamento ou redução da frequência das relações sexuais. Esse resultado é comum a diversos estudos.

As escolas foram um alvo bastante constante de ações dessa natureza. Na pesquisa de Picot *et al.* (2012), ficou claro que a escola era o local onde a maioria

das intervenções aconteciam, e se “observou que essas intervenções baseadas na escola têm o potencial para atingir um grande número de jovens”. Porém, observou-se que em grande parte dos trabalhos os jovens estudados aceitaram mais as intervenções lideradas por colegas do que as lideradas por professores; intervenções com pares também tiveram mais sucesso em melhorar o conhecimento sexual, embora não houvesse uma diferença clara em sua eficácia na mudança de comportamento (LAZARUS *et al.*, 2010).

Outro foco importante são a família e os pais: algumas abordagens promissoras incluem analisar a família como agente de mudança comportamental (LAZARUS *et al.*, 2010). A participação dos pais foi observada de diversos ângulos: pode tanto motivar de forma positiva as práticas sexuais mais seguras dos filhos quanto invadir a privacidade dos jovens. Na pesquisa de Garbers *et al.* (2016), para garantir a confidencialidade, os jovens indicaram uma preferência por provedores que não fossem seus familiares.

Nesta categoria, cabe-nos destacar ainda as vulnerabilidades pelas quais passam alguns grupos, como negras/os, indígenas, mulheres, latinas/os; dentro disso, existem aqueles que têm baixa escolaridade, que sofrem de violência, que lidam com a pobreza e que não conseguem ter um bom diálogo. Essas pessoas muitas vezes não possuem acesso à Internet ou têm pouca relação com a vida virtual.

Devido a algumas singularidades nas juventudes, há facilidade de se adquirir conhecimento por meio da Internet, além de outras tantas potencialidades. No entanto, mesmo com o fácil acesso à informação sobre o assunto, nem sempre o adolescente tem conhecimento mais aprofundado sobre a temática; ele também tem acesso restrito às orientações e aos serviços de planejamento familiar. O conhecimento geralmente é fornecido por colegas e amigos que também não tiveram acesso à educação sexual, formando-se um círculo vicioso que dificilmente será extinto (SILVA *et al.*, 2015).

Imagem 6: Nuvem de palavras para categoria Juventude.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Intervenções

Jones *et al.* (2014) apresentaram as intervenções feitas por meio de mídias sociais e mensagens de texto destinadas a aumentar o conhecimento sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), aumentar a triagem/teste, diminuir comportamentos sexuais de risco e reduzir a incidência de DSTs entre jovens adultos de 15 a 24 anos. Segundo os autores, as mídias sociais e as mensagens de texto podem aumentar o conhecimento sobre a prevenção de DSTs e também podem afetar o comportamento, por serem espaços de grande utilização por esse público.

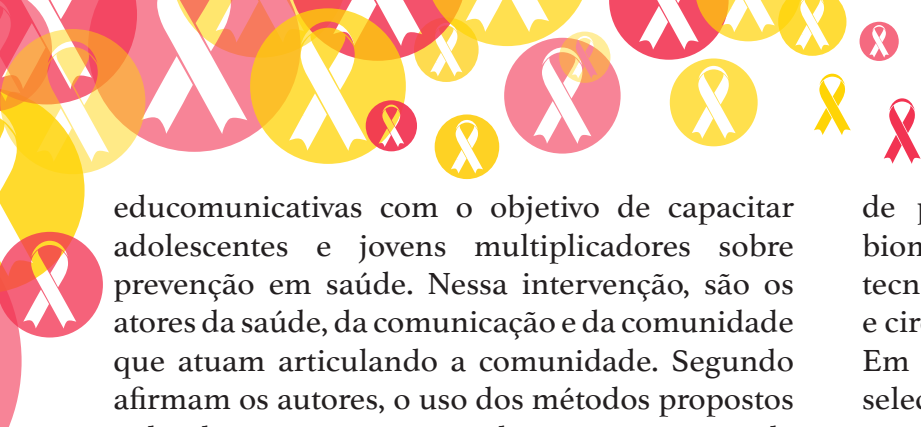
Em outro estudo, Wadham *et al.* (2019) concluíram que existem poucas evidências publicadas sobre a eficácia geral das intervenções em saúde sexual realizadas por meio de novas mídias digitais (redes sociais *on-line* e serviços de mensagens instantâneas), apesar de serem demonstradas inúmeras vantagens da utilização desses meios, como a grande aceitabilidade e uso das mídias sociais pelo público-alvo. Essas tecnologias permitem uma cobertura rápida, barata, altamente reprodutível e ampla das intervenções, permitindo que os programas baseados em evidências sejam adaptados às plataformas digitais, direcionadas precisamente aos indivíduos por meio de interfaces interativas e personalizadas, sem aumentar a demanda por pessoal ou treinamento. No entanto, é muito baixa a evidência de eficácia, o que demonstra uma enorme dificuldade de medir os resultados dessas ações.

Em seu estudo, Ribeiro e Moreira (2011) analisaram os conteúdos de uma comunidade no Orkut destinada a compartilhar informações sobre HPV (papilomavírus humano),

formando-se um espaço gratuito e com alto engajamento dos participantes. No entanto, os pesquisadores identificaram um alto índice de desinformações, uma vez que não havia moderadores e nem seleção do conteúdo ali compartilhado; foram encontradas mesmo receitas caseiras de remédios, não havendo referência a qualquer campanha ou meio de informação oficial. Portanto, as estratégias que utilizam grupos temáticos (WhatsApp e Facebook tornaram-se mais comuns nos últimos anos) apresentam um grande potencial, ao mesmo tempo que exigem mais organização e cuidado no compartilhamento de informações.

Alhassan *et al.* (2019) apresentaram dados sobre a utilização de smartphones entre universitários de Gana (entre 18 e 24 anos) e a receptibilidade destes em utilizar ferramentas mobile para se informar sobre a prevenção de ISTs. Os jovens do estudo preferiam receber informações sobre ISTs em seus celulares, mas por meio de aplicativos bem desenvolvidos, e não por mensagens de texto ou ligações. Houve, porém, uma diferença considerável entre gêneros, sendo notada uma alta resistência do público feminino a acessar esse tipo de material. Ainda assim, a aceitação da estratégia foi considerada positiva pelos autores.

Além disso, Machado e Lacerda (2014) avaliaram estratégias de comunicação midiática desenvolvidas em oficinas



educativas com o objetivo de capacitar adolescentes e jovens multiplicadores sobre prevenção em saúde. Nessa intervenção, são os atores da saúde, da comunicação e da comunidade que atuam articulando a comunidade. Segundo afirmam os autores, o uso dos métodos propostos pela educação contribui para o processo de aprendizagem e a construção de conhecimentos; dessa forma, os meios de comunicação, numa perspectiva comunitária, podem atuar na expansão e disseminação de conhecimento e na promoção da saúde coletiva.

As campanhas de saúde seguem sendo uma possibilidade de intervenção clara e muito utilizada. Wakefield *et al.* (2010) analisaram campanhas de mídias em massa (TV, jornais, rádio) e discutiram seus resultados no contexto de vários comportamentos de risco à saúde (por exemplo, uso de tabaco, álcool e outras drogas, fatores de risco de doenças cardíacas, comportamentos relacionados ao sexo etc.). Nesse sentido, os autores consideram que esse tipo de intervenção pode produzir mudanças positivas ou impedir mudanças negativas nos comportamentos relacionados à saúde em grandes populações; no entanto, a disponibilidade simultânea de serviços e produtos necessários e a disponibilidade de programas baseados na comunidade, bem como de políticas que apoiem a mudança de comportamento, são aspectos que podem diferir a aceitabilidade do público-alvo.

As intervenções breves apareceram como uma estratégia interessante a ser aplicada junto à atenção primária em saúde. Entendem-se por intervenções breves, de acordo com Cooper *et al.* (2014), ações que envolvam comunicação ou aconselhamento de curta duração (10 a 60 minutos), individual ou em grupo, sobre saúde sexual, podendo conter ou não itens de multimídia. Essas ações apresentam resultados diferentes em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo, segundo os estudos, melhores resultados em países de baixa e média renda. No entanto, é preciso entender melhor seu efeito ao longo do tempo. Por fim, os autores concluem que a comunicação breve sobre sexualidade pode ser usada em conjunto com intervenções já estabelecidas, como educação sexual, intervenções comunitárias de mudança de comportamento e marcação social

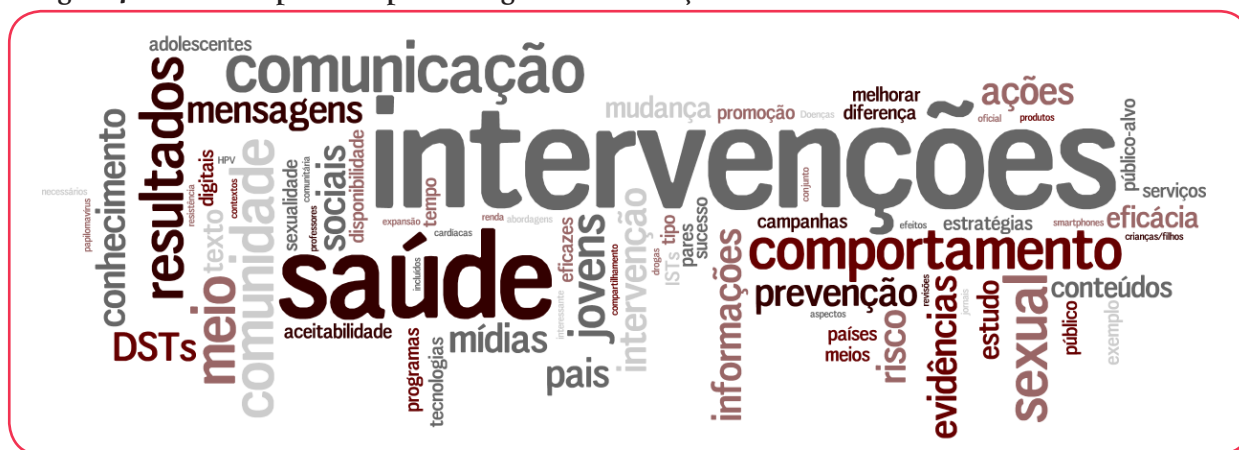
de preservativos, bem como abordagens biomédicas complementares, como tecnologias de prevenção multiuso, vacinas e circuncisão.

Em uma das revisões sistemáticas selecionadas, Lazarus *et al.* (2010) apresentaram intervenções que objetivavam a redução do risco de DSTs e a promoção da saúde, conduzidas em escolas, clínicas e na comunidade por meio de ações realizadas por pares (jovens) e professores. Os autores concluíram que as intervenções lideradas por pares tiveram mais sucesso na melhoria do conhecimento sexual, embora não houvesse diferença clara de sua eficácia na mudança de comportamento. Segundo Picot *et al.* (2012), as intervenções inclusivas e coordenadas com múltiplos componentes, que buscam influenciar os jovens direcionando muitos dos contextos em que vivem (por exemplo, ambiente escolar mais amplo, casa e comunidade), podem ter mais sucesso do que intervenções que tenham primariamente como foco a apresentação massiva de conteúdos, referindo-se à importância de adequação da linguagem e dos conteúdos.

Já na pesquisa realizada por Downing *et al.* (2011), as intervenções baseadas nos pais (isto é, aquelas em que a população-alvo eram os pais) foram examinadas e comparadas com as intervenções baseadas na família (em que pais/crianças e crianças/filhos foram incluídos na intervenção, com foco principalmente nas crianças) podem melhorar a comunicação sobre saúde sexual, ainda que os resultados sejam pouco expressivos. Eram frágeis as evidências de que as intervenções baseadas nos pais eram eficazes para melhorar os resultados do comportamento sexual; no entanto, as evidências de intervenções familiares mostraram efeitos mínimos no comportamento dos adolescentes. Os resultados demonstraram que, em alguns casos, os pais podem ser tão eficazes na entrega de informações quanto os especialistas em saúde.



Imagem 7: Nuvem de palavras para categoria Intervenções.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos demonstraram uma quantidade relevante de possibilidades e estratégias de comunicação para promoção da saúde e prevenção de ISTs em jovens desde uma perspectiva educativa, com vistas a promover mudanças de comportamento e até mesmo a conscientização para a testagem proativa, ação que pode auxiliar os serviços de saúde na atenção à saúde desse público.

Intervenções em saúde utilizando as novas tecnologias, como a Internet e o SMS, são auxiliares úteis para influenciar comportamentos como o uso de preservativos e a realização de testes de IST. Entretanto, é possível concluir que a melhoria do conhecimento em saúde sexual não leva necessariamente a mudanças comportamentais em si; é preciso existir uma estrutura que favoreça essa mudança, como o acesso a serviços e produtos de saúde que corroborem a visão de prevenção.

Na construção de produtos ou estratégias para alcançar o público jovem, é necessário pensar os aspectos específicos de cada contexto, refletir sobre as vulnerabilidades a que esse público possa estar submetido, bem como privilegiar estratégias em que jovens sejam protagonistas, em que possam se ver na ação. Como demonstram os achados do estudo, as intervenções entre pares têm alcançado melhores resultados com as juventudes.

Os autores dos estudos utilizados na síntese são quase unânimes em afirmar que a falta de recursos para acompanhar em longo prazo as intervenções é um grande desafio para a avaliação da eficácia das ações, uma vez que esse dado depende da mudança de comportamento humano, e tal mudança, por sua vez, é um aspecto em que o tempo é fator determinante. Nesse sentido, a escassez de dados sobre os efeitos das intervenções pode refletir a dificuldade dos pesquisadores em medir objetivamente esses resultados.

As intervenções de promoção da saúde sexual são eficazes para promover a saúde sexual através do aumento do uso de preservativos; no entanto, os efeitos não comportamentais tendem a diminuir ao longo do tempo, enquanto o uso de preservativos aumenta ao longo do tempo. Por isso, as intervenções devem se concentrar na eficácia em longo prazo, especialmente em medidas comportamentais e biológicas.

Com isso, faz-se necessário ampliar o escopo das novas pesquisas, para que se possam desenvolver metodologias capazes de atender à necessidade de avaliação dos efeitos das intervenções.

LIMITAÇÕES

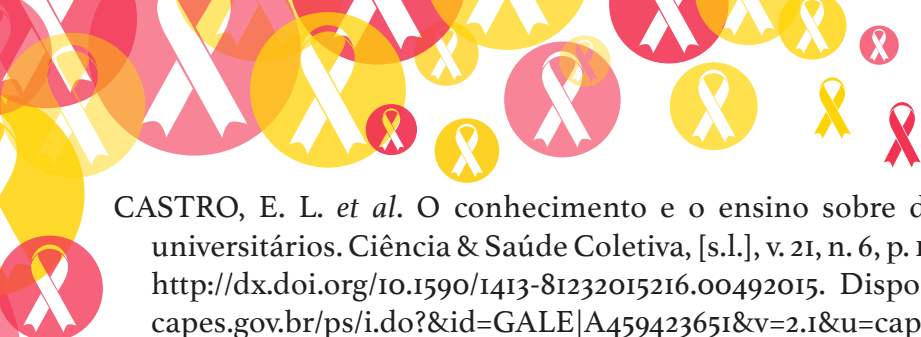
O tempo foi uma das principais limitações deste estudo; a busca mais fechada por estratégias de comunicação pode ter limitado o alcance nas bases; a não aplicação de avaliação metodológica dos estudos, foram observados apenas os dados de interesse da pesquisa.






REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andrea Chagas A. Juventude e mídia: uma análise da influência televisiva na sexualidade juvenil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, XXXII, 2009, Curitiba. Anais [...]. São Paulo: INTERCOM, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0693-1.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- ALHASSAN, Robert Kaba et al. *Determinants of use of mobile phones for sexually transmitted infections (STIs) education and prevention among adolescents and young adult population in Ghana: implications of public health policy and interventions design*. *Reproductive Health*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 1-11, 9 ago. 2019.
- ALTHEMAN, Francine. Comunicação e Saúde Públicas: o potencial comunicativo da internet para o desenvolvimento de conversações políticas em torno da vacinação contra o HPV.. São Paulo. Anais [...] São Paulo: XIV Congresso Internacional de Comunicação IBERCOM, P.882, 2015.
- ABREU, Maria Eduarda Ledo Martins. Saúde e Celebidades nas Redes Sociais: a legitimação do conhecimento empírico no aconselhamento da saúde. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., Joinville. Anais [...] . Joinville: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.
- ALHASSAN, Robert Kaba et al. *Determinants of use of mobile phones for sexually transmitted infections (STIs) education and prevention among adolescents and young adult population in Ghana: implications of public health policy and interventions design*. *Reproductive Health*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 1-11, 9 ago. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12978-019-0763-0>. Disponível em: <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-019-0763-0#citeas>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BRASIL. Portaria n. 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prto204_17_02_2016.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 04 de novembro de 2020.
- _____. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2018.
- _____. Boletim epidemiológico – hepatites virais. 17 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 74 p. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/66453/boletim_hepatites_2019_c_.pdf?file=1&type=node&id=66453&force=1>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim epidemiológico de HIV/Aids. 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Diretrizes Nacionais de Prevenção Combinada em HIV/Aids. 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/organizacao-dos-servicos/diretrizes-nacionais-de-prevencao-combinada-em-hivaids>>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- CABESTRÉ, Sonia Aparecida; GRAZIADEI, Tânia Maria. Mídia e AIDS: um estudo destacando os pressupostos teóricos inerentes e os resultados de pesquisas efetuadas nos jornais impressos e online. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009



- CASTRO, E. L. *et al.* O conhecimento e o ensino sobre doenças sexualmente transmissíveis entre universitários. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 21, n. 6, p. 1975-1984, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.00492015>. Disponível em: <<https://go-gale.ez54.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A459423651&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- CITELLI, Adilson *et al.* (Org.) *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014.
- COOPER, B. *et al.* *Brief sexuality communication – a behavioural intervention to advance sexually transmitted infection/HIV prevention: a systematic review*. *BJOG: an International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, v. 121, p. 92-103, 2014.
- CONSANI, Marciel Aparecido; MORAIS, Helena Marques Málaga. *Educomunicação e Saúde: uma relação ainda por ser construída*. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)
- COUTINHO, Raquel Zanatta; FARIA, Carla Soares; MIRANDA-RIBEIRO, Paula. *Comunicação para a Redução da Vulnerabilidade ao HIV/Aids: O Diagnóstico das Mulheres Maduras*. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Anais [...] . Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. p. 1-10. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1136-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. p. 1-13. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2283-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- DAVE, Gaurav *et al.* *Evaluating teach one reach one – an STI/HIV risk-reduction intervention to enhance adult-youth communication about sex and reduce the burden of HIV/STI*. *American Journal of Health Promotion*, v. 31, n. 6, p. 465-475, 2017.
- DE ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda; MURTINHO, Rodrigo. *A comunicação no Sistema Único de Saúde: cenários e tendências*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, n. 10, 2011.
- DOWNING, Jennifer *et al.* *A systematic review of parent and family-based intervention effectiveness on sexual outcomes in young people*. *Health Education Research*, v. 26, n. 5, p. 808-833, 2011.
- FEOLA, Gabriella Garcia Sanches; ALONSO, Laiara; PASSARELLI, Brasilina. *A virgindade no YouTube: mapeamento das diferentes narrativas difundidas por celebridades digitais*. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41, Joinville. Anais [...]. Joinville: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. p. 1-16. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0996-1.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.
- FIGUEIREDO, M. F. S; RODRIGUES, J. F. N; LEITE, M. T. S. *Modelos aplicados às atividades de educação em saúde*. *Rev. Bras. Enferm.* 2009, jan-fev; 63(1):117-21.
- FONSECA, Natália Raposo; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. *Dialogismo e vozes discursivas na cobertura de saúde: leituras do Bom Dia Pernambuco*. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., Foz do Iguaçu. Anais [...] . Foz do Iguaçu: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014..
- GABARRON, Elia *et al.* *Avatars using computer/smartphone mediated communication and social networking in prevention of sexually transmitted diseases among North-Norwegian youngsters*. *BMC Medical Informatics and Decision Making*, v. 12, n. 1, p. 120, 2012.
- MORALES, Alexandra *et al.* *Interventions to reduce risk for sexually transmitted infections in adolescents: A meta-analysis of trials, 2008-2016*. *PloS one*, v. 13, n. 6, p. e0199421, 2018.
- GOMES JR, José Luiz; BATISTA, Leandro Leonardo; NAKASONE, André Minoru. *Dilemas sociais em campanhas de saúde pública: comparação entre conteúdos de campanhas públicas recentes*. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. Anais [...] . Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2220-1.pdf>. Acesso

- 
- em: 18 jul. 2020.
- HARRIS, Allyssa L. *et al.* *Father 2 son: the impact of African-American father-son sexual communication on African-American adolescent sons' sexual behaviors.* *American Journal of Men's Health*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 1-15, 12 out. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1557988318804725>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6771128/pdf/10.1177_1557988318804725.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- HIGA, Elza de Fátima Ribeiro *et al.* A intersectorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 879-891, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0751>. Disponível em: <<https://go-gale.ez54.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A452158654&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- JOHNSON, Blair T. *et al.* *Interventions to reduce sexual risk for human immunodeficiency virus in adolescents: a meta-analysis of trials, 1985-2008.* *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, v. 165, n. 1, p. 77-84, 2011.
- JONES, Krista *et al.* *The impact of health education transmitted via social media or text messaging on adolescent and young adult risky sexual behavior: a systematic review of the literature.* *Sexually Transmitted Diseases*, v. 41, n. 7, p. 413-419, 2014.
- KRAMER, D. G. *et al.* A educação em saúde sobre infecções sexualmente transmissíveis e gravidez para estudantes do ensino médio: um relato de experiência. *Revista Brasileira do Ensino Médio*, v. 2, p. 137-146, 8 nov. 2019.
- LAZARUS, Jeffrey V. *et al.* *Systematic review of interventions to prevent the spread of sexually transmitted infections, including HIV, among young people in Europe.* *Croatian medical journal*, v. 51, n. 1, p. 74-84, 2010.
- LACERDA, Juciano de S. Proposta de análise qualitativa audiovisual de campanhas de prevenção da Aids na Espanha. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO IBERCOM, XV., 2017, Lisboa. Anais... São Paulo: ECA-USP, 2015. 924 - 942.
- LANTOS, Hannah *et al.* *Parent-teen communication about sexual and reproductive health: cohort differences by race/ethnicity and nativity.* *International Journal of Environmental Research and Public Health*, [s.l.], v. 16, n. 5, p. 1-15, 7 mar. 2019. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph16050833>. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/16/5/833/htm>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- LAVIS, John N. *et al.* Ferramentas SUPPORT para a elaboração de políticas de saúde baseadas em evidências (STP). *Health Research Policy and System*, p. 1-7, 2009.
- LEAVELL, H.; CLARK, E. G. *Medicina preventiva.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- MELO, Stéphanie L.; ALVES, Wedenclay. Por Uma Compreensão Discursiva das Resistências às Campanhas Contra o HIV e Sobre os Riscos de Contaminação e Recontaminação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, XXXV, 2012, Fortaleza. Anais... São Paulo: Intercom, 2012.
- MACHADO, Diolene; LACERDA, Juciano. Educomunicação comunitária em saúde atuando na prevenção das DST/AIDS. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 10, n. 19, 2014.
- MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1683-1694, 2016.
- MANDUCA, Alexandre. Redes sociais de pacientes de doenças crônicas: interação, compartilhamento e administração da própria vida. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. p. 1-11. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2344-1.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.
- MORALES, Alexandra *et al.* *Interventions to reduce risk for sexually transmitted infections in adolescents: A meta-analysis of trials, 2008-2016.* *PloS one*, v. 13, n. 6, p. e0199421, 2018.
- PÁSSARO, Thiago *et al.* Campanhas publicitárias de prevenção ao HIV/Aids em sala de aula: uma parceria entre universidades paulistas e o programa municipal de dst/aids para o enfrentamento do hiv/aids na cidade de são paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. Anais [...]. Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/RI4-0354-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.



- PESSONI, Arquimedes; PÁSSARO, Thiago. A comunicação em saúde nas redes sociais: uma análise das páginas do Facebook de três órgãos governamentais de ISTs/Aids no Carnaval de 2018.
- PICOT, Joanna *et al.* Behavioural interventions for the prevention of sexually transmitted infections in young people aged 13-19 years: a systematic review. *Health Education Research*, v. 27, n. 3, p. 495-512, 2012.
- POSSANI, Elisiane Medianeira Mayer *et al.* Prevenção da gravidez e infecções sexualmente transmissíveis com adolescentes em tratamento oncológico. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 1-12, 29 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2507>. Disponível em: <<https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/2507/2753>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- QUIRINO, Kelly Tatiane M. A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte etnico-racial e por vulnerabilidade que acometem a população afro-descendente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, XXXIV, 2011, Recife. Anais... São Paulo: Intercom, 2011.
- RIBEIRO, Laura Oliveira; MOREIRA, Benedito Dielcio. Percepção das campanhas de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST): o caso da comunidade do orkut papiloma vírus humano. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. Anais [...] . Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 1-13.
- REZENDE, Renata. Adolescência: discursos e sentidos sobre saúde, sexualidade e aids no contexto de um grupo de discussão. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO IBERCOM, XIV., 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: ECA-USP, 2015. 1584 - 1593.
- SILVA, Phelipe D. Rodrigues da. HIV em primeira pessoa:: a comunicação sobre o vírus no canal hdiário, do youtuber gabriel comicholi. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. Anais [...] . Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- SALCI, Maria Aparecida *et al.* Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 22, n. 1, p. 224-230, 2013.
- SHEPHERD, J. *et al.* Using process data to understand outcomes in sexual health promotion: an example from a review of school-based programmes to prevent sexually transmitted infections. *Health Education Research*, v. 29, n. 4, p. 566-582, 2014.
- SILVA, André Teixeira da *et al.* Conhecimento de adolescentes do ensino médio sobre DST/ AIDS no Sul do Brasil. *Revista Aletheia*, [s.i.], n. 46, p. 34-49, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://go-gale.ez54.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA511785218&v=2.1&u=capex&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em 16 de julho de 2020.
- UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas, Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento. 2 ed. Brasília, 2010.
- WAKEFIELD, Melanie A.; LOKEN, Barbara; HORNIK, Robert C. Use of mass media campaigns to change health behaviour. *The Lancet*, v. 376, n. 9748, p. 1261-1271, 2010.
- WADHAM, Erin *et al.* New digital media interventions for sexual health promotion among young people: a systematic review. *Sexual Health*, v. 16, n. 2.



EXPEDIENTE

Nome do projeto:

Comunicação promotora de saúde: estratégias de enfrentamento de epidemias de ISTs, HIV/Aids e Hepatites Virais em população jovem.

Nº do Processo:

443228/2019-1

Financiamento:

CNPq

Coordenadora:

Profa. Dra. Ana Valéria Machado Mendonça

Realização:

Aressa Joel Muniz

Gabriela Vasconcelos Farias

Raelma Paz Silva

Thaís Ellen da Silva Rodrigues

Vinícius Lauriano Ferreira

Yunara Fernandes Venturelli

Revisão:

Yuri de Lavour

Revisão Técnica e Tradução do Conhecimento

Natália Fernandes Andrade

Diagramação:

Toni Ferreira

